

U. PORTO

incipit¹

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2009-10

GIHM

GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO

think medieval

COORDENAÇÃO DE
FLÁVIO MIRANDA E JOANA SEQUEIRA

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2012

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Incipit 1
Workshop de Estudos Medievais da Universidade
do Porto, 2009–10

COORDENADORES

Flávio Miranda
CITCEM, Universidade do Porto

Joana Sequeira
CITCEM, Universidade do Porto

Porto, 2012
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-972-8932-94-7

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO

Ficha técnica

Título: Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009–10

Coordenadores: Flávio Miranda, Joana Sequeira

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2012

ISBN: 978-972-8932-94-7

Capa: Flávio Miranda

Grupo Informal de História Medieval

CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

SUMÁRIO

Lista de autores	vii
<i>Incipit</i>	ix
Filipa Lopes O Domínio Fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa nos séculos XI e XII. Apresentação de um Projecto de Dissertação de Mestrado em História Medieval.....	1
Giulia Rossi Vairo <i>Pro Salute Animae</i> : a peregrinação do rei D. Dinis a Compostela.	9
João Costa Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do códice da Visitação e Tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510. Apresentação do projecto de Mestrado	23
Thiago Borges Da sacralidade à centralidade: breve análise comparatista acerca das representações cartográficas da cidade de Jerusalém nos mapas-múndi medievais do século XIII.....	31
Helena Regina Lopes Teixeira Elites Sociopolíticas na Urbanização do Porto no Final da Idade Média.....	45
Maria Amélia Álvaro de Campos Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento.....	57
Marta Dias A Liturgia dos Defuntos na Arte Funerária Medieval	65
Rita Nóvoa As atitudes face à doença no Portugal dos séculos XIV e XV: a lepra, os leprosos e as leprosarias.....	77
Gonçalo Graça Portugueses na Biscaia nos finais da Idade Média.....	89
Helena Pizarro A Rua Nova na cidade do Porto entre os séculos XV e XVI: urbanismo, construção e sociedade	99

LISTA DE AUTORES

Thiago Borges

Universidade de Lisboa

Maria Amélia Álvaro de Campos

Universidade de Coimbra

João Costa

CEH, Universidade Nova de Lisboa

Marta Dias

CITCEM, Universidade do Porto

Gonçalo Graça

Universidade da Cantábria

Filipa Lopes

CITCEM, Universidade do Porto

Rita Nóvoa

IEM, Universidade Nova de Lisboa

Helena Pizarro

Universidade do Porto

Helena Teixeira

CITCEM, Universidade do Porto

Giulia Rossi Vairo

IHA, Universidade Nova de Lisboa

INCIPIT

Mais de dois anos depois da realização do primeiro Workshop de Estudos Medievais (WEM), é finalmente publicado o volume inaugural que reúne os textos apresentados e discutidos pelos oradores das edições de 2009 e 2010. Organizado pelo Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto, com a colaboração do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), e do Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o WEM é um fórum anual de discussão científica destinado a mestrandos e doutorandos em Estudos Medievais.

Este volume não é temático. Nas primeiras duas edições do WEM foram debatidas questões relacionadas com as ordens militares, história urbana, arte funerária, cartografia histórica, e questões sobre os portugueses como estrangeiros, domínios fundiários de mosteiros, colegiadas urbanas e a lepra em Portugal na Idade Média. Os leitores encontrarão aqui um conjunto de trabalhos em estado embrionário: são ideias de um projeto, hipóteses de investigação e resultados preliminares de estudos de história, história da arte e cartografia histórica. Para alguns dos autores, esta é mesmo a sua primeira publicação científica. Daí que *Incipit* seja o título adequado para este volume – por representar um começo e poder ser o princípio de uma carreira de investigação.

Este volume é o produto do trabalho dos mestrandos e doutorandos que participaram no WEM, cujos textos foram apreciados numa primeira fase por professores de várias universidades portuguesas, para estes que os pudessem melhorar e desenvolver. O nosso primeiro obrigado é endereçado aos autores e a todos os professores que contribuíram com a sua experiência e conhecimento nas sessões do WEM. Os editores querem ainda agradecer a todos os membros do Grupo Informal de História Medieval, ao Professor Luís Miguel Duarte e à Professora Cristina Cunha (então diretora do curso de mestrado de História Medieval e do Renascimento); ao Professor Gaspar Martins Pereira, pelo apoio do CITCEM a esta iniciativa, e à Dr.^a Paula Montes Leal, pelo excelente trabalho na organização. Gostaríamos ainda de agradecer o apoio financeiro concedido pela Reitoria da Universidade do Porto e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a organização do WEM e publicação deste volume.

Porto, novembro de 2011
Flávio Miranda
Joana Sequeira

O Domínio Fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa nos séculos XI e XII Apresentação de um Projecto de Dissertação de Mestrado em História Medieval

Filipa da Silva Lopes¹
CITCEM, Universidade do Porto

Resumo

A implantação do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa começou nos finais do século X na região delimitada pelos rios Sousa e Tâmega. Em 1200, já possuía um conjunto patrimonial relativamente coeso nos actuais concelhos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva, assim como algumas possessões, mais ou menos concentradas, em regiões mais longínquas. A sua importância está patente no apoio que recebeu da nobreza local e no papel que desempenhou na fixação da população e na organização territorial daquele espaço. Neste artigo apresentamos o nosso projecto de mestrado, cujo principal objectivo é a reconstituição do domínio fundiário deste cenóbio, assim como a identificação dos actores e a interpretação dos mecanismos responsáveis pela sua organização e crescimento.

Abstract

The monastery of St. Salvador of Paço de Sousa began its establishment in the late tenth century in the area between Sousa and Tâmega rivers. In 1200 it already had a relatively cohesive amount of properties in Penafiel, Paredes and Castelo de Paiva, as well as some other possessions, more or less concentrated, in more distant regions. Its importance is reflected in the support received from the local nobility and in the role that this ecclesiastic institution played in the population settlement and the territorial organization. In this article I present the project of my masters' investigation whose main goal is the reconstitution of this monastic domain, as well as the identification of the actors and the interpretation of the mechanisms responsible for its organization and growth.

OBJECTO DE ESTUDO, FONTES E METODOLOGIA

Foi na região delimitada pelos rios Sousa e Tâmega que se iniciou a implantação do domínio do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, fundado por volta de 956 pelo aristocrata Trutesendo Galindes.² Tal como outras fundações religiosas dos séculos X-XII, também esta mereceu o apoio da nobreza local e desempenhou um papel importante na fixação da população e na organização territorial daquele espaço, num momento em que se ensaiava a estruturação eclesiástica e a construção de uma sociedade feudal no Norte hispano-cristão. É nesta sequência que tentaremos, na nossa dissertação de mestrado, reconstituir o domínio deste cenóbio e interpretar as dinâmicas responsáveis pela sua formação, organização e crescimento.

O tema que nos ocupa não constitui propriamente uma novidade no panorama historiográfico português: o estudo dos patrimónios que sustentavam a vida religiosa de diferentes instituições monásticas medievais já tem uma longa tradição, iniciada com os primeiros trabalhos de José Mattoso³ e prosseguida pelos de Maria Helena da

¹ Queremos deixar uma palavra de agradecimento ao nosso orientador, o Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, à Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e ao Dr. Abílio Santos pelos seus comentários e sugestões.

² José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 25, *monasticon portucaleense*, ponto 3.

³ As suas teses de licenciatura (1962), sobre o mosteiro de Pendorada, e de doutoramento (1968), sobre o monaquismo beneditino, contêm, entre outras, referências significativas aos patrimónios das respectivas abadias. Veja-se as recentes

Cruz Coelho⁴ e Iria Gonçalves⁵. A partir dos anos 80 do século XX, surgiram diversas monografias de senhorios eclesiásticos apoiadas em importantes publicações de fontes, assim como alguns estudos regionais, que impulsionaram significativamente a nossa história rural. Desde então até aos dias de hoje, várias teses de mestrado e doutoramento se têm dedicado ao estudo da estrutura do património, da gestão agrária e da exploração rentista de diversos mosteiros, de algumas colegiadas e Sés e de um número muito reduzido de senhorios laicos; estudos que, na sua maioria, se dedicam ao período tardo-medieval em detrimento de cronologias anteriores ao século XIII.⁶

O próprio mosteiro de Paço de Sousa, a par de outras abadias beneditinas da diocese do Porto, já foi estudado por José Mattoso para o período entre os anos 1000 e 1200.⁷ Apesar de ter feito uma breve abordagem do património da instituição, os objetivos que motivaram a sua investigação são diferentes dos nossos, uma vez que aquele historiador pretendeu avaliar as repercussões da transição do monaquismo ibérico para o monaquismo cluniacense nos diversos domínios da vida das comunidades monásticas da diocese.⁸

No entanto, podemos afirmar que ainda muito está por fazer, tendo em consideração as novas problemáticas que as historiografias anglo-saxónica, norte-americana, alemã, francesa, espanhola e italiana têm vindo a levantar, nomeadamente no que diz respeito à posse e à transmissão da propriedade, ao acto de doar e às relações existentes entre a aristocracia e as instituições monásticas. Destaquem-se alguns destes trabalhos: os de Constance Bouchard, Stephen D. White e Barbara H. Rosenwein, que contribuíram para a interpretação do significado simbólico da doação no contexto das transacções efectuadas entre a aristocracia e os mosteiros nos séculos X a XII;⁹ os de Patrick J. Geary, que exploram a motivação das doações e a relacionam com a construção da memória familiar, institucional e política;¹⁰ os de Wendy Davies, particularmente um dos seus últimos trabalhos, onde analisa o acto de doar na Hispânia Cristã do século X;¹¹ e, por fim, refira-se o conjunto de artigos do volume *Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge*, no qual se reflecte sobre a transmissão do património e da memória na documentação ligada à prática testamentária ou para-testamentária da região da França Ocidental, da Itália Meridional, da

traduções editadas pelo Círculo de Leitores: José Mattoso, *A Abadia de Pendorada das Origens a 1160* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002); José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002).

⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988). Esta tese de mestrado teve a sua 1.ª edição em 1977.

⁵ Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcaça nos séculos XIV e XV* (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999). A 1.ª edição é de 1989.

⁶ A este propósito veja-se: Armando Luís de Carvalho Homem et al., “Por onde vem o medievalismo em Portugal,” *Revista de História Económica e Social* 22 (1988): 122-127; Maria Helena da Cruz Coelho, “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas,” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000), 27-34; Armando Luís de Carvalho Homem, “O medievalismo em Liberdade,” *Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais* 3 (2001): 186-188; Hermínia Vasconcelos Vilar, “História da Igreja em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000),” *Lusitania Sacra, A Historiografia Religiosa Hoje: Temas e Problemas* 2.ª série, tomo XIII-XIV (2001-2002): 572-576; Maria Helena da Cruz Coelho, “Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Age,” *Memini. Travaux et documents* 9-10 (2005-2006): 15-16, 22-23, 32-36, 47-54; Maria Helena da Cruz Coelho, “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos medievais,” *Medievalismo* 16 (2006): 207-216, <http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50991/49121> (consultado a 24-5-2010); Hermínia Vasconcelos Vilar, “Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa,” *Lusitania Sacra, Da História Eclesiástica à História Religiosa* 2.ª série, tomo XXI (2009): 130-139.

⁷ Veja-se a já citada tese de doutoramento: José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002).

⁸ *Ibid.*, 9.

⁹ Constance Bouchard, *Sword, Miter and Cloister. Nobility and the Church in Burgundy, 980-1198* (Londres: Ithaca, 1987); Stephen D. White, *Customs, Kinship and Gifts to Saints. The “Laudatio Parentum” in Western France (1050-1150)* (Londres: Chapel Hill, 1988); Barbara H. Rosenwein, *To be the Neighbor of Saint Peter. The Social Meaning of Cluny’s Property, 909-1049* (Londres: Ithaca, 1989).

¹⁰ Patrick J. Geary, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium*. (Princeton: Princeton University Press, 1994). Cf. também Patrick J. Geary, “Land, Language and Memory in Europe 700-1100,” *Transactions of the Royal Historical Society* 6.ª série, vol. 9 (1999): 169-184.

¹¹ Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007).

Alemanha e da Hispânia Cristã.¹²

Deste modo, o nosso objectivo é enriquecer uma análise já clássica dos senhores eclesiásticos, que encontramos em outras monografias sobre o tema, com estas novas problemáticas. Sabemos que as instituições eclesiásticas congêneres e contemporâneas de Paço de Sousa que se encontram estudadas viram o seu património crescer graças às doações recebidas.¹³ Neste contexto, é necessário: identificar e “classificar” quem contribuiu para a formação desse domínio e por que razão o faz; compreender qual o significado social das transacções efectuadas com o mosteiro e qual o papel que o registo da transmissão da propriedade desempenha na preservação da memória dos seus benfeitores, em particular dos seus patronos. Vemos que a família patronal representa uma percentagem significativa dos doadores de algumas destas casas religiosas.¹⁴ Nesta sequência, como se justifica a exclusão dos seus descendentes de uma parte do seu património? A transmissão da sua memória explicará esse desvio do património que se transforma em bens de mão-morta? Que terá acontecido no caso do mosteiro de Paço de Sousa?

Para responder às nossas questões, procurámos reunir um *corpus* documental coerente, centrando a nossa análise nos séculos XI e XII.¹⁵ A nossa principal fonte é o *Liber Testamentorum* de Paço de Sousa, constituído por 157 diplomas com datas compreendidas entre 938 e 1222.¹⁶ Este cartulário, cuja composição se terá iniciado em finais do século XII, talvez entre 1177 e os primeiros anos da centúria de Duzentos,¹⁷ não reúne a totalidade dos títulos de propriedade da instituição, tendo resultado de uma selecção e organização já tardia dos seus diplomas; e, por esta razão, se assume como “um testemunho e instrumento de poder”, aquilo que as forças operantes determinaram que deveria ser perpetuado.¹⁸ Sendo essencialmente constituído por fontes de carácter jurídico que, acima de tudo, veiculam uma realidade patrimonial, ele consigna e valida as transacções de bens. Porém, a sua objectividade é apenas aparente, esta en-

¹² François Bougard et al., dir., *Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge* (Roma: École Française de Rome, 2005), <http://digital.casalini.it/2728307377> (consultado a 19-3-2010). Este volume conta com a participação dos seguintes autores: Régine Le Jan, Josiane Barbier, Swen Holger Brunsch, Stefano Gasparri, Luigi Provero, Vito Loré, Brigitte Kasten, Hans Werner Goetz, Geneviève Bühler-Thierry, Laurent Feller, Philippe Depreux, Eliana Magnani, Wendy Davies, Flavia De Rubeis, Cristina La Rocca, Emmanuelle Santinelli e François Bougard.

¹³ Para os mosteiros de Pendorada, Pedroso e Leça, veja-se os gráficos apresentados em José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 275-278. Para o caso de S. Salvador de Grijó, cf. Robert Durand, “Introduction,” in *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e Siècles)*, introdução e notas de Robert Durand (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971), 279, gráfico do ap. n.º 1; para S. Pedro de Arouca, cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988), 99; para S. Simão da Junqueira, cf. gráfico em Sérgio Lira, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, vol. 1 (Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001), 159; para o Mosteiro e Colegiada de Guimarães, cf. Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, “O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250),” vol. 1 (Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991), 111-124. Além destes casos, veja-se também o papel exercido pelas doações no crescimento do domínio da Sé bracarense até 1137 nos gráficos apresentados em Luís Carlos Amaral, “Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007), 802-803. Excepção a esta regra será talvez o caso de Santo Antonino de Barbudo que, entre 1039 e 1093, apresenta um número de doações (37) muito próximo do número de compras (33), cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “Santo Antonino de Barbudo – Um protagonista monástico da região bracarense em tempos medievos,” in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI)*, vol. 2 (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 11-12.

¹⁴ As doações dos patronos representam em Paço de Sousa 45,4%, em Cete 36,8%, em Pedroso 43,7% e em Pendorada 16,7% do conjunto dos legados, cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 66. Algumas famílias aristocratas da Hispânia Cristã, da Alemanha, da França e da Itália também fundaram mosteiros e contribuíram para o engrandecimento dos seus domínios como forma de perpetuar a sua memória, cf. Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007); François Bougard et al., dir., *Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge* (Roma: École Française de Rome, 2005), <http://digital.casalini.it/2728307377> (consultado a 19-3-2010).

¹⁵ No entanto, incluímos na nossa base de dados os dois documentos existentes para o século X (anos 994 e 1000).

¹⁶ Esta fonte foi transcrita e publicada por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa, e é com esta edição que temos vindo a trabalhar: *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972).

¹⁷ José Mattoso, “Apresentação,” in *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972), 7.

¹⁸ Leontina Ventura, “Introdução,” in *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Séc. XII*, ed. por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria (Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990), 37, nota 125.

contra-se desvanecida pelas imprecisões da linguagem, pela ambiguidade dos conceitos (como o de *hereditas*) e pela grande flexibilidade das tipologias documentais. Tudo isto reflecte um mundo em construção, em que novas realidades começam a surgir e em que os modelos jurídicos ainda não estão cristalizados. Daí a exigência de uma atenta reflexão e de uma clara definição dos critérios adoptados na sua interpretação.

Tal como outros cartulários, este não pode ser encarado como uma mera recolha e duplicação de diplomas originais: o texto apresentado foi inserido num novo contexto, tendo sido transformado o seu uso social e cultural,¹⁹ facto que levanta, antes de mais, a questão da fiabilidade das informações que apresenta, devido às possíveis modificações, voluntárias ou involuntárias, que terão ocorrido durante o processo de transcrição.²⁰ No caso do cartulário de Paço de Sousa, há indícios de algumas abreviações ou uniformizações, nomeadamente no caso das testemunhas.²¹ Observa-se ainda a falta de identificação do notário na grande maioria dos actos, bem com a transcrição incompleta de algumas datas – sendo provável que o copista não tenha conseguido ler correctamente a datação em letra visigótica, como sugere Mattoso²² – e a repetição de um mesmo diploma, embora contendo cabeçalhos diferentes.²³ Todavia, as simplificações e os lapsos que possam ter ocorrido não parecem pôr em causa a credibilidade e a coerência deste texto no seu conjunto.

Além dos diplomas que constam deste *liber*, analisámos igualmente aqueles que se encontram nos *Diplomatae et Chartae*²⁴ e os que se encontram copiados nas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*, de Fr. António da Assunção Meireles, ou simplesmente sumariados no seu *index*.²⁵

A recolha dos dados passou pela construção de uma ficha capaz de reter as seguintes informações: fonte; data; tipo de documento; natureza e localização das propriedades; indivíduos intervenientes em cada acto escrito, sempre que possível com a elaboração de uma ficha com dados biográficos; um campo de observações, que permitiu registar, entre outros dados, a motivação apresentada para justificar uma doação, as razões que conduziram ao estabelecimento de um determinado acordo ou que culminaram numa sentença, as condições estabelecidas nas *precariae*/emprazamentos. Este tipo de metodologia favorece um exame quantitativo dos dados; todavia, não pretendemos negligenciar uma análise de natureza qualitativa da forma e da linguagem da documentação, nomeadamente das fórmulas aparentemente “inúteis”, que muito têm contribuído para a interpretação do fenómeno da construção da memória histórica destas abadias e dos seus benfeitores.²⁶

A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Iniciaremos a dissertação com um capítulo introdutório, onde identificamos o objecto

¹⁹ Pierre Chastang, “L’archéologie du texte medieval,” *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre. Hors-série - Le Moyen Âge vu d’ailleurs* 2 (2009) : 7, <http://cem.revues.org/index8702.html> (consultado a 28-7-2009).

²⁰ A este respeito ver: José A. Fernández Flórez, “La huella de los copistas en los cartularios leoneses,” in *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*, vol. 1 (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2004), 164-165.

²¹ Cf. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, nos docs. 1 a 134 surgem regularmente apenas 3 testemunhas, no máximo 4; os docs. 135 e 136 nem sequer as apresentam.

²² José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 27; José Mattoso, “Apresentação,” in *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972), 7.

²³ Cf. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, docs. 104 e 108.

²⁴ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, vol. 1, fasc. III (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870).

²⁵ *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942).

²⁶ Tome-se como exemplos os estudos sobre a documentação dos mosteiros de Arlanza e Samos: José Ángel García de Cortázar, “Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Arlanza: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 912 a 1233),” in *La Península en la Edad Media. Treinta años después: estudios dedicados a José-Luis Martín*, coord. de José María Mínguez Fernández e Gregorio del Ser Quijano (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006), 143-157; José Ángel García de Cortázar, “Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Samos: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 785 a 1209),” *Inter-American Music Review: Concordis Modulationis Ordo. Ismael Fernández de la Cuesta. In Honorem II*, vol. XVIII, 1-2 (2008): 87-97.

de análise, a problemática que lhe está subjacente e o seu contexto historiográfico, assim como o *corpus* documental seleccionado e a metodologia utilizada na sua análise.

Seguir-se-á um enquadramento geral da abadia no ambiente político, religioso e sócio-económico da época e no espaço que a envolve através dos dados da geografia física (relevo e rede hidrográfica) e da geografia humana.²⁷

Estabelecido este pano de fundo, passaremos à análise dos mecanismos de aquisição e/ou organização deste domínio (doações, compras e permutas) e da natureza dos bens que o constituem, avaliando a sua distribuição no espaço e no tempo.

Num novo capítulo, continuaremos a caracterização do domínio do mosteiro de Paço de Sousa e da paisagem agrária daquela região, esboçando as estratégias de gestão e exploração do património. No que concerne à dinâmica estabelecida entre os campos que trabalham essas terras e o senhorio, existem muito poucos elementos que nos permitam apreender esta realidade, uma vez que os contratos agrários escritos são escassos nestes séculos mais recuados.²⁸

No quinto capítulo, importará conhecer os actores e perceber os poderes que estão por trás da formação e organização deste senhorio. Num primeiro momento, pretende-se a identificação dos patronos do mosteiro, ligados à família dos Ribadouro. Esta integrava a nobreza infancional, que iniciou a sua ascensão a partir do século XI e que procurou ligar-se a casas monásticas, utilizando-as como um instrumento de gestão patrimonial e de legitimação do seu poder e prestígio.²⁹ É necessário perceber quem doava e por que motivo o fazia, pois ao acto de doar estava subjacente uma contrapartida que poderia ser de ordem espiritual ou material.³⁰ Identificar, nos diplomas relativos a Paço de Sousa, os doadores bem como outros intervenientes, parece-nos fundamental para compreender o crescimento deste domínio. Do mesmo modo, não podemos esquecer o papel desempenhado pelos superiores do convento – nomeadamente os abades – e restantes membros da comunidade – usualmente com uma expressão pouco significativa nas fontes.

Por fim, seguir-se-ão as principais conclusões da investigação, a listagem das fontes e da bibliografia activa, bem como o conjunto de apêndices e de índices.

ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DO DOMÍNIO DE PAÇO DE SOUSA – ALGUMAS QUESTÕES

O diploma mais antigo que diz directamente respeito ao mosteiro de S. Salvador e que chegou até aos nossos dias data de 22 de Fevereiro de 994, quando o abade Randulfo faz doação da sua herdade constituída por *villae* situadas no actual concelho de Oliveira de Azeméis.³¹ Este é o primeiro de 139 actos escritos nos quais são feitas doações a esta instituição, representando 79,9% da totalidade do nosso *corpus* documental.³²

Quem faz estas doações e por que razão as fez?

A maioria dos benfeitores justifica a sua doação dizendo que o faz *pro remedio anima* sua ou dos seus parentes ou *pro remissione omnium peccatorum*. No entanto, a salvação da alma e o perdão dos pecados não são os únicos “contra-dons”³³ piedosos

²⁷ Elementos fundamentais para o estudo e a caracterização de uma determinada região. Cf. a análise proposta em José Ángel García de Cortázar, *História Rural Medieval* (Lisboa: Estampa, 1983), 13-40, 59-81.

²⁸ O mais provável é que esses actos de arrendamento fossem realizados oralmente. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988), 131.

²⁹ José Mattoso, *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001), 33-77.

³⁰ A este propósito, veja-se também: Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 113-130.

³¹ *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 132.

³² Reunimos 174 documentos, dos quais as compras representam 11,5%; as sentenças 2,9%; os escambos 2,3%; os emprazamentos 2,3% e os acordos 1,1% (percentagens arredondadas para uma casa decimal).

³³ A questão da obrigatoriedade ou não de uma contrapartida como consequência do acto de doar tem gerado opiniões diversas que não vamos aqui explicar. Remetemos para a colectânea intitulada *Don et Sciences Sociales: théories et pratiques croisées*, cf. Eliana Magnani, ed., *Don et Sciences Sociales: théories et pratiques croisées* (Dijon: Ed. Universitaires Dijon, 2007), sobretudo os artigos de Eliana Magnani (p. 15-28), Alain Testard (p. 153-164) e Anita Guerreau-Jalabert, que rejeita a teoria maussiana da “economia do dom” e nega a existência de qualquer contrapartida do dom (“Formes et conceptions du don: problèmes historiques, problèmes méthodologiques”, p. 193-208). Cf. também a perspectiva de W. Davies, que afirma que o acto de doar obriga explicitamente em alguns dos diplomas a um retorno, ainda

mencionados: temos o exemplo de Anímia *Ascariguiz*³⁴ e de Unisco Eriz³⁵, que solicitam ser sepultadas no mosteiro. Também se doava por motivos não religiosos, esperando-se um retorno no mundo terreno³⁶: Odório *Guandilaz*, estando leproso, doa todos os seus bens para que os monges o amparem;³⁷ Cláudia *Beicaz* doa bens em troca da protecção dispensada pelo mosteiro a ela e ao seu filho Mónio, que deveria pagar uma coima pelo furto das ovelhas de Pedro Garcia;³⁸ o abade D. Afonso e seus irmãos doam diversos bens se o mosteiro sustentar a sua mãe, D. Onega;³⁹ João Garcia doa sob a condição de o mosteiro o acolher durante a sua vida, dando-lhe de comer e de vestir.⁴⁰ Algumas destas doações com motivações seculares assumem, por vezes, um carácter quase “contratual”.⁴¹

Até aqui não temos grandes novidades no que diz respeito às motivações das doações, uma vez que motivações semelhantes já foram assinaladas em outras monografias sobre institutos monásticos congêneres e contemporâneos de Paço de Sousa, o que corrobora a bilateralidade de apoios entre leigos e casas monásticas. No entanto, embora a documentação não seja explícita, há indícios de que em determinadas ocasiões também eram exercidas pressões que levavam à doação. Só assim se justifica que Paio Alvites tenha sido coagido a doar uma herdade para compensar o mosteiro por ter cometido dois homicídios no interior do seu couto⁴² ou que Diogo *Andulfiz* tivesse de legar também uma herdade para compensar a instituição, depois de ter matado quatro das suas éguas e causado danos às suas vacas.⁴³ O poder do mosteiro é ainda visível nas sentenças que incluiu no seu cartulário,⁴⁴ assim como nos contratos que consegue estabelecer com os patronos da igreja de S. Pedro de Sabariz – que se comprometem a não alienar este bem senão a favor de Paço de Sousa⁴⁵ – e com Sendamiro *Eiriguiz* e seus filhos – que se comprometem a não alienar os seus bens senão a favor deste mosteiro.⁴⁶

Note-se, ainda, que nos actos em que esta abadia cede propriedades a título precário, os enfiteutas acabam por lhe legar uma parte dos seus bens. Vejamos o conteúdo das quatro *precaria* analisadas. Na primeira, datada de 26 de Janeiro de 1146, Ermesenda Manuéis recebe do mosteiro o casal de Quintas e doa *post mortem* as suas herdades de Gondufe e de Paço (Marco de Canaveses).⁴⁷ O mesmo acontece com Maior Gomes, que recebe, a título precário, três casais em Pedorido (Castelo de Paiva) e doa *post mortem* dois casais em Rio Mau (Penafiel).⁴⁸ *Idem* com Gonçalo Brandão, que recebe um casal do mosteiro, afirmando que, após a sua morte, metade da sua quintã deverá passar para a posse daquele.⁴⁹ O último caso é o de Anímia Rodrigues e de seus filhos Afonso Pais, Egas Pais e Marina Pais: o cenóbio cede uma seara ao primeiro, Afonso, enquanto Anímia doa, sob reserva de usufruto para os seus filhos, todos os

que depois da morte, cf. Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 114.

³⁴ Doação de 26 de Março de 1109. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 114.

³⁵ Doação de 12 de Março de 1112. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 51.

³⁶ Poderíamos chamar estas doações de onerosas.

³⁷ Documento de 15 de Abril de 1107. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 92.

³⁸ Diploma de 18 de Junho de 1107. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 80.

³⁹ Doação de 2 de Julho de 1139. *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942), índice, 220.

⁴⁰ Doação de Março de [1143]. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 122.

⁴¹ Sobre a motivação das doações feitas no século X na Hispânia Cristã, cf. Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 115 e ss.

⁴² Doação de 12 de Agosto de 1123. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 91.

⁴³ Doação de Maio de 1147. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 119.

⁴⁴ Como seria de esperar, as sentenças incluídas no *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa* são todas favoráveis ao mosteiro de Paço de Sousa. Aí conseguiram a confirmação da posse: de uma parte da igreja de Vila Cova de Vez de Avis, Penafiel (docs. 127 e 129); da *villa* Porcas, Cinfães (doc. 145); da *villa* e de parte da igreja de Figueira, Penafiel (doc. 113) e de metade da herdade de Pindelo, Oliveira de Azeméis, cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 33.

⁴⁵ Acordo de 3 de Setembro de 1114. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 118.

⁴⁶ Acordo de 21 de Fevereiro de 1115. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 112.

⁴⁷ *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 133.

⁴⁸ Diploma com data compreendida entre 1162 e 1169. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 21.

⁴⁹ *Precaria* de Junho de 1194. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 149.

bens que possui na *villa* de Outeiro.⁵⁰

Como podemos constatar, o acto de doar – neste caso, a uma instituição monástica – pode assumir contornos variados. É um fenómeno que se reveste de grande importância social; parece-nos que não se trata de um mero acto individual, mas antes a expressão da prática de um grupo, familiar ou não, unido pela posse da terra⁵¹ e pela predisposição para doar. Talvez por isto, se atentarmos à forma como foi composto o próprio *Liber Testamentorum*, a ordem dos primeiros diplomas aí copiados parece obedecer a uma certa lógica que agrupa indivíduos da mesma família.⁵²

Os textos nem sempre são explícitos sobre o estatuto social de muitos dos seus actores; todavia, conseguiu-se apurar que quase metade dos benfeitores do mosteiro de S. Salvador pertence à família patronal, isto é, aos Ribadouro.⁵³ Duas questões se nos colocam: por que razão se preocupava a aristocracia com a fundação de mosteiros? Por que razão estava esta disposta a fragmentar o seu património para favorecer estes institutos monásticos?

O parcelamento da propriedade está bem patente na documentação que analisámos.⁵⁴ Do mesmo modo, podemos testemunhar a divisão das heranças pelos vários descendentes, quer do sexo masculino quer do feminino, graças à preocupação que houve em registar uma espécie de genealogia da titularidade jurídica das propriedades.⁵⁵ Esta parece ter sido uma forma de, através do acto escrito, conservar a memória, a identidade da família ligada ao mosteiro e à terra.⁵⁶

Julgamos que a análise do acto de doar e das relações estabelecidas entre a família patronal e este instituto é imprescindível para uma ampla compreensão e interpretação das dinâmicas responsáveis pela fundação, organização e crescimento do domínio de Paço de Sousa. Cremos que só assim poderemos entender como, chegados ao ano 1200, estamos perante um conjunto patrimonial relativamente coeso nos actuais concelhos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva, mas cujas possessões se estendem para Sul até Arouca, para Sudoeste até Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, para Oeste até Gondomar, Maia, Porto e Vila Nova de Gaia, para Norte até Lousada, Trofa e Guimarães, para Este até Marco de Canaveses e Baião e para Sudeste até Cinfães, Resende e Lamego.

Sentimos que o crescente parcelamento da propriedade e a ambiguidade de alguns dos termos usados para classificar os bens adquiridos nos limitam fortemente a percepção das verdadeiras dimensões dos bens que passaram para o senhorio do mosteiro. De todos esses vocábulos, o caso de *hereditas*, *hereditates* é o que nos levanta mais problemas, porque parece poder designar simultaneamente realidades muito distintas.⁵⁷ Temos também consciência de que a imagem deste espaço patrimonial, que

⁵⁰ Diploma datado de 14 de Abril de 1177. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 137.

⁵¹ Sobre esta mesma ideia veja-se Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 32. Aqui a autora caracteriza a terra (*property*) como uma espécie de ‘*social glue*’.

⁵² Veja-se, a título exemplificativo: os docs. 2 a 11 do *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, nos quais os doadores pertencem à família Ribadouro; e os docs. 40 a 49, em que todos os doadores são descendentes ou aparentados com Mónio Fromarigues (que surge no doc. 39).

⁵³ A identificação da maioria destas personagens foi conseguida graças aos trabalhos de Almeida Fernandes e José Mattoso, cf. A. de Almeida Fernandes, “Livro I – As Linhagens Fundamentais,” in *Portugal Primitivo Medieval* (Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001), 15-104; José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001). Já na sua tese de doutoramento, José Mattoso constatava que cerca de 45,4% dos doadores eram patronos desta abadia, cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 66.

⁵⁴ Alguns exemplos no *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*: “offerro (...) in Uimaranes sub ipsa costa III octauas de uno casal (...)” (doc. 49); “offerro (...) nostras porciones de ecclesias (...) qui se diuidit per tercias, et est una tercia de Uilela, faciunt inde VIII partes et de ipsas partes, habet inde Garcia Ramiriz III parte de Geluira Tedoniz habet II et faciunt inde a Garcia Ramiriz duas partes de ista tercia de Uilela (...)” (doc. 58); “facio testamentum (...) de hereditate mea propria (...) scilicet unum medium de uno aral excepto quinta de tercia cum sua casa (...)” (doc. 73).

⁵⁵ Exemplos no *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*: “Ego Florida Tolquidiz (...) facerem testamenti (...) de mea propria hereditate (...) est septima de illo casal de avio meo Germias Sarrazinis et alia septima de illo casal que fuit de avia mea Gualamera” (doc. 101); “Ego Didago gratia Dei presbiter (...) offerro (...) meam propriam hereditatem quanta venit michi in porcione de avio meo nomine patre Aufiz” (doc. 120).

⁵⁶ Sobre este tema veja-se o artigo: Patrick J. Geary, “Land, Language and Memory in Europe 700-1100,” *Transactions of the Royal Historical Society* 6.^a série, vol. 9 (1999): 169-184.

⁵⁷ Genericamente, a designação *hereditas* tanto pode referir-se a uma propriedade como a um número mais vasto de bens dificilmente identificáveis que constituem uma determinada herança. Os termos *villa* e *casal*, apesar de polissémi-

surge reflectida na documentação, é uma construção, a representação de um “pontilhado” de bens imóveis ligados pela malha jurisdicional que permitia ao cenóbio estabelecer relações com a periferia sobre a qual exercia o seu poder.⁵⁸ Ainda assim, todas estas limitações não nos impedem de reconstituir, com alguma plausibilidade, o que teria sido o domínio do mosteiro de Paço de Sousa.

cos, apontam para realidades mais concretas. Acerca desta última unidade espacial veja-se André Evangelista Marques, *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)* (Noia: Toxosoutos, 2008).

⁵⁸ Sobre esta questão veja-se: Paul Bertrand e X. Hélary, “Constructions de l’espace dans les cartulaires,” in *XXXVII Congrès de la SHMES : Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*, ed. por Régine Le Jan, 193-207 (Paris: Publications de la Sorbonne, 2007).